

O Mercado Comum do Sul (Mercosul): Reflexos para o poder militar*

*Eduardo Fuenzalida Helms***

*Marcelo Támer Yapur****

RESUMO

O Mercosul constitui um verdadeiro processo de integração econômica com projeção social e cultural e, a partir da elaboração do Protocolo de Ushuaia, também política.

Como uma forma de comprovar este fenômeno de integração política, que está implícito no objetivo deste trabalho, detalhar-se-á cada uma das reuniões de cúpula presidenciais¹ realizadas até o final de 2002, indicando a finalidade de todas as declarações difundidas e destacando aquelas que incorporaram, nos seus conteúdos, antecedentes relacionados à segurança e à defesa, particularmente no continente sul-americano.

PALAVRAS-CHAVE

MERCOSUL, defesa, segurança, poder militar, integração do Cone Sul.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde sua criação em 1991, vem desenvolvendo intensa atividade para consolidar um processo de integração regional. Tal iniciativa foi efetivada, inicialmente, com a participação dos presidentes de cada um dos países membros - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - e, posteriormente, complementado com a presença dos chefes de Estado dos países associados, Bolívia e Chile.

O esforço para consolidar um mercado comum constitui, atualmente, um imperativo para as nações sul-americanas, tendo em vista que a globalização impôs suas condições e nenhum país pode atuar de forma independente e isolada, nem se sentir a salvo das oscilações do mercado.

Recentemente, em meados do ano de 2002, o Brasil sofreu uma séria queda nos seus indica-

dores econômicos mais relevantes. Tal fato pôs em evidência que os fatores econômicos ignoram fronteiras, pois o Chile, que acreditava estar imune à situação que afligia o Brasil, começou, paulatinamente, a sofrer suas repercussões e a dar sinais negativos no que tange à sua economia. A Bolsa de Valores de Santiago sofreu uma baixa, e, paralelamente, o valor do dólar americano elevou-se fortemente. A contaminação da economia chilena deu-se pela queda do preço das ações das empresas elétricas transnacionais que operavam no Chile e que possuíam ativos no Brasil.

É, portanto, com o intuito de salvaguardar suas economias que os Estados-membros do Mercosul têm buscado uma maior integração. Contudo, convém sublinhar que, ao adotarem políticas econômicas convergentes, tais países ense-

* Colaboração do Centro de Estudos Estratégicos da ECEME.

** É Tenente-Coronel do Exército do Chile.

*** É Major do Exército argentino.

¹ Comunicados e declarações presidenciais. Buenos Aires, 1998. Disponível em <<http://www.legislaw.com.ar>>. Acesso em: 18 junho 2002.

jam o surgimento de uma nova entidade, ao mesmo tempo supranacional e com interesses legítimos a serem preservados. Nesse contexto, a constituição de um instrumento militar integrado aparece como uma forte tendência sem, no entanto, deixar de suscitar um amplo debate sobre a questão.

O tratado e seus reflexos militares

Cabe destacar que o Mercosul constitui um verdadeiro processo de integração econômica com

projeção social e cultural e, a partir da elaboração do Protocolo de Ushuaia, também política.

Como uma forma de comprovar este fenômeno de integração política, que está implícito no escopo deste trabalho, detalhar-se-á cada uma das reuniões de cúpula presidenciais² realizadas até o final de 2002, indicando a finalidade de todas as declarações difundidas e destacando aquelas que incorporaram, nos seus conteúdos, antecedentes relacionados à segurança e à defesa, particularmente no continente sul-americano:

CÚPULA (Local de Realização)	DATA	ORIENTAÇÃO TEMÁTICA
Brasil (Brasília)	17 Dez 91	Acordo de Salvaguarda junto à Agência Internacional de Energia Atômica, relativo ao controle do uso pacífico da energia nuclear. O acordo também abre as perspectivas de desenvolvimento energético para a região e possibilita a plena participação da Argentina e Brasil no Tratado de Tatllelolco.
Argentina (Las Leñas)	27 Jun 92	Consolidação do sistema multilateral de livre comércio. Análise sobre a petição boliviana referente à sua incorporação ao Mercosul.
Uruguai (Montevideu)	28 Dez 92	Avaliação do programa acordado em Las Leñas.
Paraguai (Assunção)	1º Jul 93	Redução de tarifas alfandegárias.
Uruguai (Colônia)	17 Jan 94	Avaliação dos acordos comerciais.
Argentina (Buenos Aires)	5 Ago 94	Repulsa ao atentado contra a Associação Mutual Israelita na Argentina.
		Integração da Bolívia ao Mercosul.
		Integração do Chile ao Mercosul.
		Intensificação das relações com a União Européia
Brasil (Ouro Preto)	17 Dez 94	Término do período de transição do tratado e reconhecimento do Mercosul como pessoa jurídica.
Paraguai (Assunção)	5 Ago 95	União alfandegária.
		Relações Mercosul - Bolívia.
Uruguai (Punta del este)	7 Dez 95	Avaliação de medidas econômicas implementadas.

² Comunicados e declarações presidenciais. Buenos Aires: 1998. Disponível em <<http://www.legislaw.com.ar>>. Acesso em: 18 junho 2002.

Argentina (San Luis)	25 Jun 96	Protocolo comum de defesa da concorrência e do consumidor. Apoio à democracia como sistema de governo na região. Adesão do Chile e da Bolívia. Mecanismo de consulta e acordo político. Declaração sobre as Malvinas: posicionamento pela solução pacífica do conflito de disputas territoriais entre a Argentina e o Reino Unido.
Brasil (Fortaleza)	17 Dez 96	Consolidação da União Alfandegária.
		Concretização de um mecanismo de integração regional.
Paraguai (Assunção)	19 Jun 97	Avaliação da integração regional.
		Mecanismo de consulta e cooperação política entre os integrantes do Mercosul.
Uruguai (Montevideu)	15 Dez 97	Chile associa-se plenamente ao Mercosul.
		Planos na área da ciência e tecnologia.
Argentina (Ushuaia)	24 Jul 98	Fortalecimento da democracia na região.
		Compromisso para manter a paz na região do Mercosul e dos países associados. Fortalecimento dos mecanismos de consulta sobre temas de segurança e defesa. Avanço na cooperação no âmbito do fomento da confiança mútua. Declaração da região como zona livre de minas terrestres antipessoal. Sistematização e estabelecimento de uma metodologia sobre gastos militares.
Brasil (Rio de Janeiro)	9 Dez 98	Impulso à competitividade e ao turismo. Celebram a paz alcançada pelo Peru e Equador. Reafirmaram o respeito aos direitos humanos e a coordenação com a União Européia.
	21 Fev 99	Reafirmação do Mercosul como projeto de integração e desenvolvimento dos países.
Paraguai (Assunção)	15 Jun 99	O Mercosul como um instrumento para enfrentar a globalização.
		Temas variados, entre os quais: migrações, sistema para habilitação de um registro único de veículos etc.
		Declaração sobre as Malvinas: Celebram o clima de diálogo entre as partes.
		Declaração sobre o conflito na Iugoslávia: celebram o cessar das atividades bélicas.
		Declaração de apoio à democracia paraguaia e a seu processo de formalização e fortalecimento institucional: repulsa categórica aos incidentes que culminaram com o assassinato do vice-presidente do Paraguai.
		Celebram o início de negociações com a União Européia.

Uruguai (Montevideu)	8 Dez 99	Consolidação da união alfandegária.
		Análise da situação internacional.
		Celebram a devolução do Canal do Panamá.
Argentina (Buenos Aires)	30 Jun 00	Relançamento do Mercosul, fixado para o 26 de março de 2001, ao comemorar-se 10 anos de sua criação.
		Destaca-se o compromisso adquirido com o desarmamento e a não-proliferação de armas de destruição em massa. Celebrou a ratificação da convenção sobre a proibição de armas químicas por todos os países sul-americanos.
Brasil (Florianópolis)	14 Dez 00	Declaram que o Mercosul é um instrumento essencial para promover o desenvolvimento econômico.
		Harmonização das leis dos países sobre as armas de fogo e munições. Promoção da cooperação para regulamentar o comércio de armas.
		Declaração presidencial sobre a convergência macroeconômica: Acordo de medidas econômicas.
Paraguai (Assunção)	21 Jun 01	Análise da possibilidade de integrar a Venezuela ao Mercosul.
		Revisão da agenda comercial e política.
		Comemoração da data e manifestação da satisfação pela consolidação da união alfandegária.
Argentina (Buenos Aires)	4 Jul 02	Análise do comportamento do sistema econômico e financeiro internacional e manifestação de apoio à Argentina pela crise que atravessava. Avaliação dos resultados da segunda cúpula de chefes de estado e de governo da União Européia, da América Latina e do Caribe, efetuada em Madri, em maio do 2002.
Brasil (Brasília)	6 Dez 02	Reafirmam os compromissos com a construção do Mercosul.
		Manifestam satisfação pela assinatura dos acordos de Regularização Migratória Interna de Cidadãos e Residência para Nacionais do Mercosul, Bolívia e Chile.
		Reconhecem o trabalho do Grupo <i>ad hoc</i> de Integração Fronteiriça do Mercosul.
		Reafirmam a determinação de ampliar e aprofundar a cooperação existente. Destacam a criação da Zona de Paz Sul-Americana.

Do resumo apresentado, pode-se destacar alguns dados relacionados com o assunto tratado:
- desde 1991, data de criação do Mercado Comum do Sul, até o final de 2002, foram realizadas 23

cúpulas presidenciais, seis na Argentina, seis no Brasil, seis no Paraguai e cinco no Uruguai. Em cinco destas cúpulas, abordou-se temas relativos à segurança e à defesa dos Estados, o que corresponde a 21% do total;

- as cúpulas presidenciais geraram a difusão de cinquenta comunicados ou declarações presidenciais, das quais cinco apresentaram o tema da defesa e segurança, cerca de 10% do total.

Os temas de segurança e defesa, que a seguir se detalham, são os mais relevantes dentre os abordados nas cúpulas presidenciais já realizadas:

- uso pacífico da energia nuclear;
- manutenção da paz na região;
- fortalecimento dos mecanismos de consulta sobre temas de segurança e defesa;
- cooperação no âmbito do fomento da confiança mútua;
- declaração da região como zona livre de minas terrestres antipessoais;
- sistematização e estabelecimento de uma metodologia sobre gastos militares;
- compromisso relativo ao desarmamento e não-proliferação de armas de destruição em massa;
- ratificação da convenção sobre a proibição de armas químicas;
- harmonização das leis dos países integrantes do Mercosul sobre as armas de fogo e munições;
- promoção da cooperação para regulamentação do comércio de armas; e
- a criação da Zona de Paz Sul-Americana.

Na prática, os esforços desenvolvidos pelos países a fim de dar cumprimento aos acordos explicitados nas diferentes declarações presidenciais foram importantes. A seguir, alguns fatos relevantes que refletem essa preocupação:

- quanto à proibição das armas químicas, na intervenção realizada ante as Nações Unidas,³ o Mercosul salientou que, desde 1998, todos os Estados-membros e associados assinaram e ratificaram a convenção. Isto não é uma demonstração isolada, já que antes da assinatura Argentina, Brasil e Chile tinham assinado a declaração de Mendo-

za em 1991, onde assumiram o compromisso formal de proibir armas químicas e biológicas. A adesão posterior da Bolívia, Paraguai, Uruguai e Equador àquele instrumento internacional confirmou a tradição pioneira da América Latina na implementação de medidas com vocação universal.

- quanto ao tráfico ilícito de armas pequenas e armamento leve, desenvolveram-se várias iniciativas no âmbito global e regional. Uma delas aconteceu no Brasil,⁴ em novembro de 2000, data da realização da reunião preparatória para a conferência das Nações Unidas sobre este tema. Naquele evento, destacou-se que no Mercosul tinha se tornado operativo o mecanismo conjunto de registro de compradores e vendedores de armas de fogo, munições, explosivos e materiais congêneres, em cumprimento ao contido na Declaração Presidencial assinada na Cúpula das Américas, realizada em Santiago do Chile, em 18 de abril de 1998.

- em junho de 2001, na cidade de La Paz⁵ - Bolívia -, estabeleceram-se as bases para um projeto de criação de uma zona de cooperação sul-americana. Os governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, convencidos de que a paz, a segurança e a cooperação deviam ser preservadas e fortalecidas em benefício de suas populações e solidários ao projeto comum de promover o desenvolvimento nacional e a integração da região, após considerar o progresso alcançado na identificação e aplicação de medidas de fortalecimento da confiança mútua e da segurança, tais como as adotadas nas Declarações de Santiago e São Salvador, assim como os resultados das Conferências dos Ministros de Defesa, destacando, principalmente, o compromisso da Comunidade Andina de Paz, Segurança e Cooperação contido na declaração de Galápagos de 1989 e da declaração da área do

³ Intervenção conjunta do Mercosul, Bolívia e Chile sobre armas químicas. Brasil: 2000. Disponível em <<http://www.un.int.com.br>>. Acesso em: 27 junho 2002

⁴ Intervenção do Secretário Geral de Relações Exteriores do Brasil. Brasília: 2000. Disponível em <<http://www.mre.gov.br>>. Acesso em: 27 junho 2002

⁵ Comunicados. La Paz: 2001. Disponível em <<http://www.comunidadandina.org>>. Acesso em: 27 junho 2002.

Mercosul, Bolívia e Chile como Zona de Paz e Livre de Armas de Destruição em Massa, firmado em Ushuaia em Julho de 1998, acordaram em:

- fortalecer os mecanismos de consulta e cooperação na área de segurança e defesa, assim como examinar a adoção de medidas adicionais de fomento da confiança que permitam níveis crescentes de transparência e entendimento para a consolidação de uma zona de paz;

- empreender esforços conjuntos nos foros internacionais pertinentes para promover a plena vigência e implementação dos instrumentos de desarmamento e não-proliferação das armas nucleares, químicas e biológicas, assim como a continuidade do processo de negociações tendentes a liberar o mundo de armas de destruição em massa;

- completar o processo para declarar a América do Sul como área livre de minas terrestres antipessoais;

- promover a cooperação, o diálogo e outros mecanismos de solução pacífica de controvérsias;

- coordenar ações e acordar estratégias comuns nos organismos competentes no combate às novas ameaças à segurança dos Estados e à estabilidade da região;

- adotar medidas que contribuam para a transparência e a limitação dos gastos em aquisição de armamento, ampliando e coordenando a participação dos países no Sistema de Informação sobre Aquisições de Armas Convencionais da Organização dos Estados Americanos (OEA) e no Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas, assim como a informação periódica sobre seus gastos militares, conforme as resoluções adotadas pela Organização das Nações Unidas (ONU);

- concluir os procedimentos de entrada em vigor dos instrumentos vinculados à paz e à segurança no continente, em especial a Convenção Interamericana sobre a Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais e a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de

Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outras matérias relacionadas, assinadas no âmbito da OEA; e

- estimular a cooperação para o desenvolvimento e a capacitação tecnológica na área das aplicações pacíficas da energia atômica, observando o imperativo da segurança nuclear, destacando o compromisso de ampliar a participação no Registro de Armas Convencionais da ONU, de participar do Relatório de Gastos Militares Padronizados da OEA e de informar sobre seus gastos militares conforme os compromissos.

Quanto ao lixo radiativo,⁶ em outubro do 2000 e perante as Nações Unidas, a delegação brasileira, em nome do Mercosul, Bolívia e Chile, realizou uma intervenção durante a conferência sobre transporte marítimo internacional de lixo radiativo. Naquela oportunidade, verificou-se que esses esforços viram-se refletidos no relatório da comissão de desarmamento sobre zonas livres de armas nucleares, que promove a cooperação entre elas na aplicação das normas que regem o transporte internacional dessas substâncias.

Da perspectiva militar, os avanços têm sido alentadores. O Tratado de Assunção, que dera origem à integração econômica dos países, proporcionou melhores condições e oportunidades para realizar um foro de Estudos Estratégicos do Mercosul em nível dos chefes de Estado-Maior de Defesa ou Conjunto, além de patrocinar a realização de exercícios combinados entre suas Forças Armadas, e o intercâmbio de oficiais alunos e instrutores nos institutos de estudos superiores dos diversos países. Tais iniciativas visaram a proporcionar ao campo econômico o necessário ingrediente de segurança para fortalecer a unidade.

Em 1997, foi assinado o memorando de entendimento entre os governos da Argentina e Brasil, mediante o qual se estabelece a criação de um “mecanismo permanente de consulta e coordenação”, cujo objetivo é o acompanhamento das

⁶ Intervenção do Mercosul, Bolívia e Chile sobre o transporte marítimo internacional. Nova York: 2000. Disponível em <<http://www.un.int.com.br>>. Acesso em: 27 junho 2002.

questões de defesa e de segurança internacional de mútuo interesse. Em seguida, no ano de 1998, a Argentina e o Brasil assinaram a Ata para a Constituição de um Sistema de Segurança Comum, visando a promover, entre outros aspectos, o incremento da cooperação militar, aprofundando o processo de integração do Mercosul.

Paralelamente, em julho de 1998, realizou-se em Buenos Aires o XI Simpósio de Estudos Estratégicos de Estados-Maiores Conjuntos e de Defesa com a participação de integrantes dos estados-maiores conjuntos dos países membros do Mercosul, da Bolívia e do Chile. Nessa oportunidade, determinou-se o estabelecimento de um mecanismo permanente de planejamento e acompanhamento de assuntos de segurança e defesa de interesse comum.

O XII Simpósio teve lugar em Brasília, no ano de 1999, com a participação dos representantes dos estados-maiores da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador e Paraguai e, como observadores, Colômbia, Peru e Venezuela. O objetivo foi fomentar o diálogo entre os países para confrontar, com políticas e estratégias comuns, os riscos externos e ameaças internas. Recomendou-se também o incremento das relações bilaterais entre os países sul-americanos e o aumento e aperfeiçoamento de exercícios combinados entre eles.

Em outubro de 1999, realizou-se em Manaus, Brasil, a Segunda Reunião de Consulta de Chefes de Estados-Maiores Conjuntos das Forças Armadas da Argentina e do Brasil. Nela estipulou-se a criação de um grupo de trabalho bilateral *ad hoc* nas respectivas secretarias permanentes, a fim de avançar na definição do tipo de cooperação a empregar no campo das operações de paz.

Além disso, materializou-se a ata da VIII Reunião do Comitê Permanente de Segurança Argen-

tino-Chileno, onde se sugere a criação de um mecanismo permanente de consulta e coordenação em matéria de segurança e defesa entre aqueles países.

Finalmente, e citando mais um fato desta intensificação das relações militares, em maio do 2002, realizou-se, em Buenos Aires, a V Reunião Bilateral dos Estados-Maiores Argentino e Brasileiro, onde se debateram temas relativos às funções gerais de estado-maior e relações internacionais.⁷

Este enfoque se reforça com a visão do cientista político argentino Leonardo Hekimian,⁸ que destaca que as Forças Armadas dos Estados do Mercosul têm uma larga tradição de relações de cooperação. Os exercícios combinados dos Exércitos, Marinhas e Forças Aéreas dos Estados-membros são realizados há várias décadas. Merece destaque o exercício que efetuaram as Marinhas da Argentina e do Brasil, no qual a Aviação Naval argentina operou com o navio aeródromo brasileiro *Minas Gerais*. Também são antigos os contatos pessoais entre militares dos países do Cone Sul. Eles abrangem tanto as visitas protocolares e intercâmbios de alunos e instrutores quanto a participação conjunta em missões de paz e técnicas de diversas naturezas.

As relações entre os países-membros do Mercosul aperfeiçoaram-se sensivelmente nos últimos anos. Cabe recordar as palavras formuladas pela Ministra da Defesa do Chile durante viagem efetuada à Espanha, em junho do 2002, onde expressou: "Com a Argentina temos muito boas relações e confiança mútua. Ambos os países, junto à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, realizaram um estudo sobre homologação de gastos militares."⁹ Similar experiência desenvolveu-se também entre o Chile e o Peru.

Está comprovado que existe um componente de segurança e defesa na temática do Mercosul,

⁷ EXÉRCITO BRASILEIRO. Noticiário do Exército. Brasília: 31 de maio de 2002, Nº 9.989 p.1

⁸ HEKIMIAN, Pablo. Aspectos estratégicos en el MERCOSUR. Buenos Aires. Disponível em <<http://www.cari1.org.ar>>. Acesso em: 27 junho 2002.

⁹ Declarações da Sra. Michelle Bachelet, Ministra de Defesa do Chile. Madri: 2002. Disponível em <<http://www.emol.cl>>. Acesso em: 27 junho 2002.

baseado nos diversos acordos assumidos e assinados pelos presidentes dos países-membros do tratado. A questão a se formular é então: Como deveriam preparar-se as Forças Armadas para enfrentar este desafio?

Tentando responder à pergunta formulada, as Forças Armadas dos países do Mercosul e associados deverão:

- manter-se atualizadas quanto aos conhecimentos técnicos necessários para cumprir suas novas missões, principalmente no que diz respeito ao planejamento de operações combinadas e ao trabalho de estado-maior num contexto multinacional;

- adotar medidas para que os acordos adotados possam ser levados à prática num prazo relativamente curto;

- desenvolver uma interoperabilidade muito estreita entre as instituições comprometidas com a defesa dos países da região, a começar pelo domínio dos idiomas português e espanhol que, certamente, constituirá um elemento facilitador desta relação;

- incrementar o treinamento conjunto para atingir um patamar razoável de eficiência operacional e aprimorar a prontidão das tropas em condições de atuar em face das novas ameaças.

Conclusão

O Mercosul formou-se em decorrência das tendências mundiais e da própria necessidade de se criar uma organização de caráter político-econômico. Esta aliança, desde seu início, obteve avanços nos mais diversos campos que terminaram por repercutir na área da segurança e defesa dos países que o integram.

Como já foi dito, na região existe uma comprovada tendência à integração, que se materializa por meio de uma série de iniciativas geradas nos mais altos níveis da condução política e que são compartilhadas pelos diversos escalões, civis e militares.

Pode-se afirmar que o Mercosul tem possibilitado aos seus países-membros uma integração cres-

cente no plano econômico. De igual forma, este mercado tem trazido, como consequência, uma intensificação das relações bilaterais e multilaterais no que concerne aos temas de segurança e defesa. Como o Tratado de Assunção não contempla nenhuma cláusula relacionada com esse assunto, percebe-se que o cenário atual é particularmente propício à cooperação em matérias militares, devido à espontaneidade com que elas têm acontecido.

Considerando que o Mercosul tem gerado uma maior aproximação militar entre seus integrantes, o debate deve centrar-se então no futuro destas relações. Existe uma grande variedade de opiniões a respeito. Nessa linha de pensamento existem estudiosos das ciências militares que acreditam que o melhor caminho é a adoção de um *sistema cooperativo* na área de defesa. Entretanto, outros autores acreditam na intensificação dos vínculos por meio da *integração militar*, adotando um sistema de segurança coletiva articulado por uma força armada sob o controle operacional do Mercosul, imitando outras organizações, como a OTAN.

Nesse sentido, é válido lembrar que a Europa, constituída por países com uma história mais que milenar e inumeráveis pontos de dissidência e diversidade (raças, idiomas, culturas, religiões, guerras internas), teve a capacidade de superar as diferenças e conformar um sistema europeu de integração. Essa união nasceu em suas origens como um acordo econômico e posteriormente expandiu-se para o nível político, ainda não tendo, no entanto, logrado sucesso quanto à política externa e à defesa.

A realidade sul-americana é hoje bastante diferente da européia. Conta com o Mercosul, com quatro países-membros, dois associados e com outras nações interessadas em integrá-lo. O tratado é de caráter econômico e, já há algum tempo, também político, mas ainda não possui uma consolidação que lhe permita ser uma referência nesse último sentido.

Cabe recordar que o continente americano possui uma experiência anterior quanto a alianças

estratégicas na forma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Esse tratado não obteve os resultados esperados para a região. Prova disso foi a evidente falta de resposta obtida em favor da Argentina, por ocasião da Guerra das Malvinas. Alguns chefes de Estado, como é o caso do Presidente do México, exteriorizaram o desejo de deixar de pertencer ao TIAR, basicamente porque o referido tratado obedece a uma lógica que imperou durante a Guerra Fria e hoje, por certo, o cenário mundial é diferente.

É evidente que existe uma tendência à cooperação regional em temas de defesa e segurança, como consequência do acordo político e econômico que representa o Mercosul. Contudo, esta cooperação deve ser conciliada com diferentes fatores e, dentre eles, salientam-se os fatores culturais de cada país-membro. Nesse sentido, já em 1993, o General Gleuber Vieira, em seu artigo *A variável estratégica no processo de constituição do Mercosul*,¹⁰ expressava que “embora tenha certeza da conveniência da cooperação regional, há de realçar as características complexas do Brasil para a concepção do pensamento estratégico:

- costa extensa com duas diferentes direções, voltada para o Atlântico Norte e para o Atlântico Sul;

- fronteiras extensas, pelas quais o País limita-se com outros dez países, cada qual com suas características e diferentes percepções de ameaças. São fronteiras que ganham conotações diferentes: ao sul, atuando como elemento de aproximação, uma linha sobre a qual os vizinhos se dão as mãos; ao norte, fronteiras que ainda não foram exploradas na histórica concepção dos marcos de separação;

- fortes e antagônicos impulsos geopolíticos apresentados pelas duas poderosas bacias hidrográficas, a foz da Amazônica e as nascentes da do Paraná;

- diversidade fisiográfica, econômica e psicossocial interna com inegáveis desequilíbrios;

- extenso espaço aéreo; e
- mercado diversificado para intercâmbios comerciais”.

Naquela época, este alto chefe militar brasileiro destacava o papel do Mercosul para incrementar as relações entre as nações do Cone Sul e salientava que:

“...Associação, cujo nascimento foi impulsionado por motivos econômicos, incorpora também elementos políticos que refletem, por sua vez, no pensamento da comunidade. A consequência natural é que seguidamente apresentar-se-á a oportunidade de cooperação nos campos militares e de segurança. Então, poderá considerar-se uma estratégia conveniente para promover a segurança através da demonstração de confiança. Em outras palavras, dissuadir o associado pela oferta de segurança, em vez de fazê-lo pelo fortalecimento ostensivo. A atual integração em diferentes expressões dos poderes nacionais nos quatro membros do Mercosul poderá nos conduzir à construção de um sistema coletivo de segurança. Entretanto, penso que as estruturas do dito sistema no Cone Sul devem considerar a conveniência de envolver todos os países da área.”

Coincidente com esse postulado foram as afirmações feitas pelo Comandante-em-Chefe do Exército chileno, General Juan Emilio Cheyre Espinosa, que incluiu a cooperação internacional entre as áreas em que o Exército poderia contribuir. A esse respeito assinalou: “Tendo presente que na realidade inter-relacionada na qual hoje é inserido o Chile, e que o liga política e comercialmente com muitas outras nações e blocos, apareceram novos bens que é necessário acautelar e novas ameaças que devem ser reduzidas. Estas tarefas não podem ser plenamente abordadas sem o concurso de outros Estados, de modo que a integração em tarefas de alcance internacional está resultando num imperativo do qual não é possível se esquivar.”

¹⁰ VIEIRA, Gleuber. *A variável estratégica no processo de constituição do Mercosul*. Buenos Aires: 1993. Disponível em <<http://www.ser2000.org.ar>>. Acesso em: 02 julho 2002.

Feitas estas observações, estima-se que, na atualidade e à luz da situação mundial, dever-se-ia trabalhar para criar as melhores condições de incentivo ao relacionamento bilateral e multilateral entre os países, aproveitando a plataforma que o Mercosul oferece e, desta forma, concretizar o conceito de cooperação militar. No futuro, e de acordo com a evolução dos acontecimentos, poder-se-ia pensar em outro tipo de relacionamento, visto

que, depois de passados dez anos, incrementaram-se as medidas de confiança mútua entre os países-membros, dissiparam-se os temores por hipóteses de conflito vicinais e, fundamentalmente, fortaleceram-se as bases para trabalhar em conjunto frente às ameaças emergentes, que são de fato muito prejudiciais e nocivas para o continente.

Como se pode apreciar, o caminho a percorrer é longo e, certamente, não isento de dificuldades.



Referências bibliográficas

- Comunicados e declarações presidenciais. Buenos Aires: 1998. Disponível em <<http://www.legislaw.com.ar>>. Acesso em: 18 junho 2002.
- Comunicados. Ayacucho: 2001. Disponível em <<http://www.comunidadandina.org>>. Acesso em: 27 junho 2002.
- Declarações da Sra. Michelle Bachelet, Ministra de Defesa do Chile. Madri, 2002. Disponível em <<http://www.emol.cl>>. Acesso em: 27 junho 2002.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Noticiário do Exército. Brasília: 31 de maio de 2002, N° 9.989 p.1.
- HEKIMIAN, Pablo. *Aspectos estratégicos en el MERCOSUR*. Buenos Aires. Disponible en <<http://www.cari1.org.ar>>. Acesso em: 27 junho 2002.
- Intervenção conjunta do Mercosul, Bolívia e Chile sobre armas químicas. Brasil: 2000. Disponível em <<http://www.un.int.com.br>>. Acesso em: 27 junho 2002
- Intervenção do Mercosul, Bolívia e Chile sobre o transporte marítimo internacional. Nova York: 2000. Disponível em <<http://www.un.int.com.br>>. Acesso em: 27 junho 2002.
- Intervenção do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Brasília: 2000. Disponível em <<http://www.mre.gov.br>>. Acesso em: 27 junho 2002
- MENDIZABAL, Eduardo. *La integración regional militar y la seguridad cooperativa en el ámbito del MERCOSUR ampliado*. Buenos Aires. Disponível em <<http://www.ser2000.org.ar>>. Acesso em: 03 julho 2002.
- VIEIRA, Gleuber. *A variável estratégica no processo de constituição do Mercosul*. Buenos Aires: 1993. Disponível em <<http://www.ser2000.org.ar>>. Acesso em: 02 julho 2002.